

ANTÓNIO CIPRIANO PINHEIRO

PROFESSOR EMÉRITO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

JOSÉ PIMENTEL DE CASTRO COELHO

PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

A agricultura e o desenvolvimento do Interior

Apesar de toda a evolução tecnológica nos mais diversos setores de atividade, ainda não houve inovação ou descoberta que conseguisse substituir o setor agrícola no que se refere à alimentação humana. Para além dos alimentos fornecidos pelo mar, é a agricultura, senso lato (pecuária, floresta e agricultura), que produz os alimentos que permitem a sobrevivência do reino animal, em geral, e dos seres humanos em particular.

Desde há milhões de anos que o *homo sapiens* e os seus antecessores se alimentam de plantas e animais. Desde a revolução agrícola, ocorrida há cerca de dez mil anos, que o *homo sapiens* deixou de unicamente procurar alimentos selvagens, passando, através da domesticação de plantas e animais, e usando as mais diversas técnicas, a tentar extrair da terra os alimentos de que necessita para sobreviver. De um modo geral, podemos dizer que o objetivo da agricultura tem sido sempre o mesmo: o de tentar produzir, no espaço limitado de terra capaz e disponível para tal, a quantidade de bens e serviços que maior bem-estar proporciona a quem a cultiva e habita.

À medida que as sociedades se foram urbanizando, foram-se distanciando do meio rural, e perderam a noção de onde e como se obtêm os alimentos que, mais ou menos transformados, lhe chegam à mesa. Aliás, a mais das vezes, o moderno consumidor urbano só toma verdadeira consciência de que os alimentos provêm da terra, aquando da ocorrência de catástrofes naturais que provocam a escassez de alguns produtos e, conseqüentemente, a subida dos seus preços.

No mundo desenvolvido e em muitos países em vias de desenvolvimento, a par com a saúde, a segurança social e a educação, a segurança alimentar constitui um dos pilares fundamentais das sociedades, sendo, portanto, um dever do Estado zelar para que as suas populações não sofram de

Para atrair investimento
para o Interior, na agricultura
ou em outro setor, é
necessário criar-lhe
condições favoráveis, o que
exige do poder político
conhecimento, capacidade e
coragem para discriminar
positivamente o Interior.

carência dos bens fundamentais à sua alimentação. A teoria da hierarquia das necessidades humanas de Maslow, assim o dita. Apesar disso, mesmo na União Europeia, milhões de crianças vivem em agregados com baixos rendimentos, sem condições e onde a fome ainda é frequente.

CARATERIZAÇÃO DO INTERIOR DO PAÍS

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, o âmbito territorial do Programa Nacional para a Coesão do Território (PNCT) incide em 165 Municípios nacionais. A abordagem multicritério que esteve na base da classificação territórios de baixa densidade, agora territórios do Interior, engloba a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, a socioeconomia e as acessibilidades.

Durante o Estado Novo, e em grande medida ainda hoje, o modelo de desenvolvimento seguido considerava a indústria como o motor para o crescimento económico, sendo o papel fundamental da agricultura o de fornecer alimentos baratos para uma população pouco exigente. Os baixos preços dos alimentos permitiam à indústria pagar baixos salários para ser competitiva.

Comparando o Interior com o Litoral, podemos dizer que a população do Interior:

- tem menor rendimento *per capita*;
- tem níveis de escolaridade mais baixos;
- tem um nível de vida mais baixo;
- tem fortes incentivos ao êxodo e à emigração.

Entre 1960 e 2011, a população residente portuguesa aumentou aproximadamente 20%, passando de

8.292.500 para 10.047.621 habitantes. No conjunto dos territórios do Interior a tendência foi a inversa, verificando-se, para o mesmo período, uma perda na ordem dos 30% (PNCT). Ainda de acordo com o PNCT, Portugal concentra cerca de 60% da população na faixa costeira (0-25km), com uma densidade populacional média a rondar os 500 hab./km². Se considerarmos a faixa dos 0-50km, aquele valor aumenta para quase 70% da população residente com uma densidade populacional média de cerca de 350 hab./km². Assim, as grandes urbes do Litoral continuam a crescer desmesuradamente sofrendo em muitos setores os efeitos de economias de escala:

- o Interior corresponde a zonas sem condições de vida que fixem a população (fraca assistência médica, carência de boas escolas e outras infraestruturas que os centros urbanos já oferecem). O Interior continua, pois, a desertificar-se e, ano após ano, assistimos à diminuição da sua população rural. Apesar de tudo isto, assistimos à continuação do fecho de escolas, hospitais, postos de correios, bancos e outros serviços. É urgente estancar esta louca e prolongada agonia;
- o tecido empresarial do Interior é muito rarefeito (poucas empresas e de pequena dimensão). As grandes empresas, em igualdade de outras condições, eram e são atraídas para os grandes centros urbanos ou para zonas próximas, onde estão a maioria dos consumidores e onde têm ao dispor melhores infraestruturas (de transporte, comunicação e outros serviços) e mão-de-obra mais qualificada;
- no Interior, o setor de atividade mais importante foi e continuará a ser a agricultura, sendo que há ainda muitos recursos naturais (terra, água e sol) que não estão a ser

devidamente aproveitados, simplesmente, por não serem rendíveis nas condições atuais.

COMO DESENVOLVER O INTERIOR?

O desenvolvimento do Interior passa, certamente, pelo desenvolvimento de todos os setores de atividade: agricultura, comércio, indústria e serviços. Cada um destes setores tem o seu papel a desempenhar, mas não haverá desenvolvimento sustentável se as atividades do setor primário (pecuária, agricultura, floresta, proteção da natureza, etc.) não se desenvolverem. Entendemos, mesmo, que o grande motor do desenvolvimento do Interior do País passa pelo desenvolvimento da agricultura e das agroindústrias.

Neste contexto, as empresas familiares, pela sua natureza e funções que desempenham têm um papel fundamental. Entre os muitos erros que a Política Agrícola Comum (PAC) cometeu, podemos apontar a falta de incentivos a este tipo de empresas, ou pelo menos com reduzido significado no passado.

Em regra, os investimentos na agricultura têm períodos de maturidade muito longos, pelo que é fundamental que haja estabilidade nas políticas. Se os objetivos continuarem a mudar sempre que mudam os quadros comunitários, isto fará aumentar o risco do investimento, o qual, por via da agricultura ser uma atividade, na maior parte dos casos, realizada a céu aberto, já é muito alto.

>